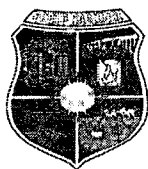


Apresentado em  
Data 06.12.21



Estado do Tocantins  
**Câmara Municipal de Porto Nacional**

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

**PROJETO DE LEI N.º 35/2021 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021.**

*Dispõe sobre a criação do Fundo Especial Da Câmara Municipal De Porto Nacional/TO.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, ESTADO DO TOCANTINS, aprovou e eu, sua Presidente, em conformidade com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, promulga a seguinte Lei de autoria da Mesa Diretora:

**Art. 1º** Fica instituído o Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, de natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica e de duração indeterminada.

**Art. 2º** – Sem prejuízo das dotações consignadas no orçamento, o Fundo a que se refere o artigo anterior tem por finalidade assegurar recursos para a expansão e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, provendo recursos, em especial, para as seguintes atividades:

I – aquisição, construção, ampliação, adaptação e reforma de imóvel, materiais e equipamentos destinados a Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, inclusive que proporcionem condições de acessibilidade às pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais;

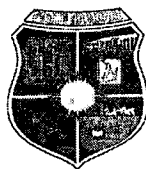
II – aquisição de serviço, material e outras despesas de custeio que se fizerem necessárias ao desenvolvimento das atividades do Poder Legislativo Municipal.

III- transferência ou suplementação de outros fundos, criado e administrado pelo Poder Legislativo, conforme necessidade.

1º Não serão admitidos, por conta do Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal.

2º Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal Porto Nacional/TO, serão incorporados ao patrimônio da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO.

**Art. 3º** Constituem receitas do Fundo os recursos provenientes de:



Estado do Tocantins  
**Câmara Municipal de Porto Nacional**

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

I – economia orçamentária de recursos recebidos pela Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, nos termos do contido no art. 29-A, da Constituição Federal;

II – receitas auferidas de aplicações financeiras dos recursos vinculados a Câmara Municipal de Porto Nacional/TO;

III – receitas oriundas da remuneração da autorização de uso do espaço da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO por quaisquer entidades, incluindo postos de atendimento bancário;

IV - quaisquer outras receitas geradas no âmbito administrativo da Câmara Municipal que legalmente lhe possam ser incorporadas.

**Art. 4º** As receitas próprias, discriminadas no artigo anterior, serão utilizadas no pagamento de despesas inerentes aos objetivos do Fundo e empenhados à conta das dotações da respectiva Unidade Orçamentária.

**Parágrafo Único.** As receitas do Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, derivada do valor da economia de recursos utilizado na constituição do fundo especial serão consideradas para efeito da verificação do limite de gastos estabelecidos para o Poder Legislativo Municipal no art. 29-A da Constituição Federal, apenas no exercício do efetivo repasse.

**Art. 5º** – O Fundo Especial será administrado:

I – pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, na qualidade de Gestora; e

II – pelo Presidente da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, na condição de Ordenador da Despesa, cuja atribuição poderá ser delegada nos termos do Regimento Interno da Casa ou documento equivalente.

1º – O Ordenador de Despesa da Câmara Municipal baixará as instruções normativas complementares à operacionalidade do Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, quanto à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária.

2º Os recursos do Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, serão recolhidos em conta específica, junto à instituição financeira oficial definida pelo Ordenador de Despesa da Câmara Municipal.

**Art. 6º** – Fica criado um Conselho Fiscal para fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo, que será formado por no mínimo 03 (três) servidores da Câmara Municipal, sendo um presidente e os demais membros.



Estado do Tocantins  
**Câmara Municipal de Porto Nacional**

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

**Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão designados pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, com mandato máximo de 02 (dois) anos.

**Art. 7º** – O Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO terá escrituração própria, atendidas as normas previstas na legislação vigente e estará sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, TCE-TO.

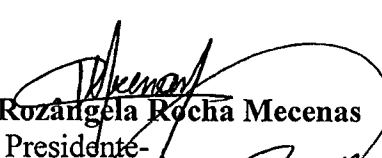
**Parágrafo Único.** A prestação de contas da aplicação e da gestão financeira do Fundo será consolidada na Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, por ocasião do encerramento do correspondente exercício.

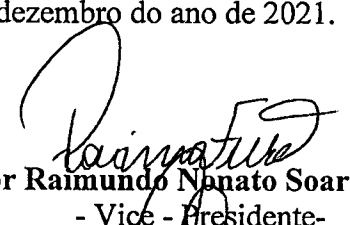
**Art. 8º** – A disponibilidade financeira da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO oriunda de exercícios anteriores ao da entrada em vigor desta lei será automaticamente transferida para o Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO.

**Parágrafo Único.** O superávit financeiro, apurado em balanço anual, será transferido para o exercício seguinte.

**Art. 9º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**PALÁCIO XIII DE JULHO**, Gabinete da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Porto Nacional, aos 06 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

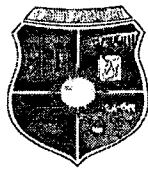
  
Vereadora Rozângela Rocha Mecnas  
- Presidente -

  
Vereador Raimundo Nenato Soares Filho  
- Vice - Presidente -

  
Vereador Charles Rodrigues de Sousa  
- 1º Secretário -

  
Vereador Jefferson Lopes Bastos Filho  
- 2º Secretário -

**Apresentado em**  
**Data** 06/12/21



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Porto Nacional**

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a criação do Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, em razão da Câmara não possuir prédio próprio, sendo que a edificação utilizada é cedida pelo Poder Executivo não possuindo o prédio espaço adequado, para abrigar nem mesmo as várias repartições da própria administração como Contadoria, Procuradoria Jurídica, etc, dificultando, dessa forma o exercício das prerrogativas típicas desta Casa (legislativa e fiscalizadora).

Verifica-se que a situação que não se coaduna com a importância institucional outorgada às Câmaras Municipais em nível constitucional. Portanto, é visível a necessidade de que a Câmara Municipal de Porto Nacional/TO possua uma sede própria, com instalações modernas, para que vereadores e servidores do legislativo, no exercício de suas funções, possam ter condições estruturais para desenvolver suas atividades.

Dessa forma, será imprescindível a adoção de medidas para aquisição ou construção de prédio para sede da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO, ou ainda para reforma e adaptação da edificação ora cedida, e também para o reaparelhamento necessário ao seu funcionamento.

A previsão legal para criação do Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO é encontrada na Constituição Federal em seu art.167, IX e Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no seu art. 71/74, cc e art. 24 da Instrução Normativa nº 32/2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como Artigo nº 288 e seus parágrafos do Regimento Interno da Câmara de Porto Nacional/TO, preveem a possibilidade de o Poder Legislativo constituir, mediante lei específica, fundo especial com as economias dos duodécimos recebidos da Prefeitura para o custeio das despesas do exercício, esta Mesa Executiva apresenta o presente projeto de lei.

A Lei Federal n.º 4.320/1964, norma recepcionada pela Constituição Federal trata dos fundos especiais, assim preceituando:



**Estado do Tocantins**  
**Câmara Municipal de Porto Nacional**

Av. Murilo Braga nº 1847, Centro, Fone/Fax 3363-1731 /3363-7296

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

É importante ressaltar que todo encerramento de exercício financeiro, a Câmara Municipal, faz a devolução dos recursos financeiros não utilizados durante o exercício ao Poder Executivo e com a criação do Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO os valores que seriam para devolução será destinada ao referido Fundo.

Ressaltamos que a criação do Fundo Especial não tem qualquer pertinência com a iniciativa de matéria orçamentária e especialmente não altera o percentual de dotação orçamentária do Município de um determinado exercício e destinado ao Legislativo.

Importa ainda esclarecer, que a legislação não prevê a realização de despesas sem previsão orçamentária. O referido Fundo Especial da Câmara Municipal de Porto Nacional/TO recepciona os recursos destinados pelo Município, para fins de construção da sede própria, ou ainda para reforma e adaptação de edificação da sede ora cedida, e também para o reaparelhamento necessário ao seu funcionamento, inclusive com a aquisição de mobiliários, visto que as atuais condições do exercício do Poder Legislativo são visivelmente precárias.

**PALÁCIO XIII DE JULHO**, Gabinete da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Porto Nacional, aos 06 dias do mês de dezembro do ano de 2021.

**Vereadora Rozângela Rocha Mecnas**  
- Presidente -

**Vereador Charles Rodrigues de Sousa**  
- 1º Secretário -

**Vereador Raimundo Nonato Soares Filho**  
- Vice - Presidente -

**Vereador Jefferson Lopes Bastos Filho**  
- 2º Secretário -